

LIVROS INFANTIS EM LÍNGUA PORTUGUESA SOBRE PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS: UMA ANÁLISE DA ACESSIBILIDADE POR JUÍZAS ESPECIALISTAS

CHILDREN'S PICTURE BOOKS IN PORTUGUESE ON THE PREVENTION OF SEXUAL VIOLENCE AGAINST CHILDREN: AN ANALYSIS OF ACCESSIBILITY BY EXPERT JUDGES

Maria Faria

Doutoranda em Sexualidade Humana na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto
CIIE - Centro de Investigação e Intervenção Educativas, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto (FPCEUP), Porto, Portugal

Ciência Vitae: <https://www.cienciavitae.pt/portal/E61E-1A04-39F3>
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0222-2753>
Email: up202201901@edu.fpce.up.pt

Celina Manita

Doutora em Psicologia

CCCD - Centro de Ciências do Comportamento Desviante e GEAV - Gabinete de Estudos e Atendimento a Agressores e Vítimas, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto (FPCEUP), Porto, Portugal.

Ciência Vitae: <https://www.cienciavitae.pt/portal/8F18-D017-3EFB>
ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-4060-9764>
Email: celina@fpce.up.pt

Sofia Castanheira Pais

Doutora em Ciências da Educação Ciência
CIIE - Centro de Investigação e Intervenção Educativas, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto (FPCEUP), Porto, Portugal

Ciência Vitae: <https://www.cienciavitae.pt/portal/5512-5BE7-9D10>
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2841-9922>
Email: sofiapais@fpce.up.pt

Resumo: A literatura infantil é uma estratégia poderosa para promover a conscientização e a aquisição de habilidades de autoproteção em crianças. Considerando o elevado risco de crianças com deficiência serem vítimas de violência sexual, este estudo quantitativo descritivo teve como objetivo avaliar a acessibilidade de 21 livros infantis em língua portuguesa voltados para a prevenção da violência sexual contra crianças, com base em dez critérios. Esses livros foram analisados por juízas especialistas, utilizando um instrumento autoadministrado. Os resultados evidenciam que, dentre as estratégias, técnicas e recursos de comunicação aumentativa e alternativa utilizados, 13 livros usaram a escrita simples de forma total, e seis, o texto aumentado, total ou parcialmente. Não foi encontrado nenhum livro infantil multiformato sobre o tema na amostra estudada. As conclusões sublinham a importância e necessidade dos editores e autores investirem no desenvolvimento e na produção de livros infantis multiformato para apoiar a prevenção e a proteção de crianças com deficiência contra a violência sexual.

Palavras-chave: Violência sexual. Prevenção. Literatura infantil. Livros multiformato. Acessibilidade.

Abstract: Children's literature is a valuable strategy for raising awareness and promoting the acquisition of self-protection skills in children. Considering the high risk of children with disabilities being victims of sexual violence, this descriptive quantitative study aimed to evaluate the accessibility of 21 children's books in Portuguese, focusing on the prevention of sexual violence against children based on ten criteria. These books were analyzed by expert judges using a self-administered instrument. The results showed that, among the augmentative and alternative communication strategies, techniques, and resources used, 13 books employed entirely simple writing, and six used enlarged text either partially or entirely. No multiformat children's books on this topic were identified in the sample. The findings highlight the importance and need for publishers and authors to invest in developing and producing multiformat children's books to support the prevention and protection of children with disabilities from sexual violence.

Keywords: Sexual violence. Prevention. Children's literature. Multiformat books. Accessibility.

Introdução

Aproximadamente 240 milhões de crianças em todo o mundo - uma em cada dez crianças - vivem com alguma deficiência (UNICEF, 2021). Além dos desafios e desigualdades que essas crianças enfrentam nas áreas da educação, saúde, nutrição e bem-estar psicossocial, estima-se que são quase três vezes mais suscetíveis à violência sexual (VS) do que as crianças típicas (Jones et al., 2012). Esse risco elevado deve-se, fundamentalmente, às dificuldades de comunicação e de compreensão, que comprometem a capacidade de se proteger e de revelar o abuso, à maior dependência de cuidados e às desigualdades de poder nas relações (Barron et al., 2019).

Além disso, barreiras sociais e atitudinais dificultam a educação sexual de crianças com deficiência. A crença de que pessoas com deficiência são infantis, assexuadas ou hipersexuais, somada à relutância das famílias em educar sobre sexualidade desde a infância e à falta de formação adequada dos(as) professores(as) para abordar o tema de forma compreensiva e inclusiva (Bortolozzi; de Carvalho; Vilaça, 2020; Michielsen; Brockschmidt, 2021), afeta a qualidade da educação sexual recebida, contribuindo para aumentar sua vulnerabilidade sexual (Andreassen; Quain; Castell, 2024).

Historicamente, a violência sexual contra crianças (VSC) é um fenômeno altamente subnotificado e estigmatizado, com estimativas globais que tendem a subestimar a sua verdadeira dimensão. Ainda assim, os resultados da revisão sistemática e metanálise de Jones e colaboradores (2012) sugerem que, nos USA e na Europa, 15% das crianças com deficiência mental ou intelectual e 11% das crianças com deficiência física são vítimas de VS na infância.

Segundo um estudo dinamarquês (Christoffersen, 2022), o risco para crianças com deficiência intelectual é de 3,7 a 3,8 vezes maior em comparação com crianças com diagnóstico de outras deficiências. À luz das conclusões da revisão sistemática e metanálise de Fang e colaboradores (2022), esse risco também tende a ser significativamente superior em crianças com deficiência mental, cognitiva ou de aprendizagem, quando comparadas com crianças com deficiência sensorial, física ou doença crônica.

Considerando a VSC como um fenômeno mundial de saúde pública com sério impacto, a curto e longo prazo, na vida da criança, da família e da sociedade (Alexandre; Agulhas; Nunes, 2022), além de uma grave violação dos direitos humanos das crianças (UN, 1989; Council of Europe, 2007), é responsabilidade de todos os estados prevenir e combater todas as formas de exploração e VSC.

Nesse contexto, acredita-se que a literatura infantil voltada para a prevenção da VSC pode auxiliar na educação e na proteção das crianças, inclusive das que têm deficiência, pois tem o propósito não só de encantar e emocionar as crianças, mas também de aumentar a sua conscientização sobre o tema (Soma; Williams, 2014). Os livros infantis com abordagem preventiva sobre a VSC atuam principalmente nos níveis de prevenção primária e secundária, ensinando às crianças conhecimentos, estratégias e habilidades para se protegerem de eventos de VS na infância (Lampert; Walsh, 2010). Alguns livros estendem sua ação à prevenção terciária, sendo utilizados em intervenções clínicas e terapêuticas para ajudar a atenuar os efeitos nefastos e a prevenir a revitimização em crianças com histórico de VS (Lampert; Walsh, 2010).

Não obstante o papel crucial que a literatura infantil desempenha na educação e proteção de todas as crianças, não há estudos que busquem avaliar se os livros infantis sobre prevenção da VSC utilizam técnicas, estratégias e recursos de comunicação aumentativa e alternativa (CAA), a fim de garantir às crianças com deficiência o direito à educação sexual e protetiva a partir da literatura infantil acessível. Estudos do tema, como McDaniel (2001), Lampert e Walsh (2010), Lampert (2011), Soma e Williams (2017), Craig (2022) e Bortolozzi e Tanaka (2024), concentraram seus estudos na análise de conteúdo (conceitos e mensagens de prevenção) e visual (ilustrações) desses livros.

De acordo com o modelo social da deficiência, a deficiência é uma construção social baseada no pressuposto de que a participação plena das pessoas com deficiência na sociedade é limitada por barreiras sociais, culturais e ambientais, e não pela condição individual da deficiência (Barnes; Mercer, 2004; Buettgen; Fontes; Eriksson, 2023). Nessa perspectiva, a acessibilidade e a inclusão são direitos humanos fundamentais dessas pessoas, inclusive das crianças, conforme

preconiza a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (UN, 2006). No entanto, sem acessibilidade, não há garantia de inclusão. A inclusão consiste em criar condições de igualdade que possibilitem a participação independente e plena dessas pessoas em todos os domínios da vida desde o social e o educacional até o cultural, o político e o econômico. Acessibilidade, por sua vez, refere-se ao processo contínuo de identificação e eliminação de barreiras físicas, tecnológicas, atitudinais, de comunicação e de informação, entre outras, que limitem o acesso pleno a serviços, oportunidades e espaços sociais (UN, 2006).

Por compreendermos o elevado impacto da literatura infantil acessível na inclusão escolar e social, na educação sexual e na proteção de crianças com deficiência contra a VSC, o objetivo desta pesquisa é avaliar a acessibilidade de livros infantis em língua portuguesa voltados para a prevenção da VSC.

Método

Este estudo, de natureza quantitativa descritiva, integra um projeto de pesquisa de doutorado que está centrado na prevenção primária da VSC. Esse estudo, que se mostra como esforço pioneiro em avaliar a acessibilidade de livros infantis em língua portuguesa voltados para a prevenção da VSC, procura responder à seguinte questão: os livros infantis em língua portuguesa sobre prevenção da VSC são acessíveis a crianças com deficiência, segundo juízas especialistas?

Seleção dos livros

Para este estudo, selecionamos livros infantis sobre o tema da prevenção da VSC, publicados em língua portuguesa, entre 2014 e 2025, no formato físico, e disponíveis para compra em livrarias virtuais. Para alcançar o maior número possível de livros, realizamos uma pesquisa na web nas principais livrarias de Portugal e do Brasil, utilizando as palavras-chave “prevenção”, “abuso sexual”, “violência sexual” e “proteção infantil”. Também consultamos os sites de editoras especializadas em literatura infantil e, por fim, recorremos à Amazon e ao motor de pesquisa Google para encontrar livros adicionais.

A pesquisa alcançou 40 livros infantis publicados em língua portuguesa (português europeu e português do Brasil) entre 2014 e 2025 sobre o tema. Excluímos oito livros da amostra por estarem esgotados ou indisponíveis para compra em livrarias virtuais no momento da pesquisa e outros seis por estarem disponíveis apenas em formato digital. Dos 26 livros restantes, selecionamos, para futura análise, aqueles destinados a crianças em idade pré-escolar e escolar, especificamente entre 3 e 12 anos.

A amostra total para fins de análise foi constituída por 24 livros infantis. No entanto, os livros A, O e Q foram excluídos (*) na etapa final do estudo, porque a avaliação não foi entregue pela Juíza 7 dentro do prazo limite. Dessa forma, 21 livros infantis sobre a prevenção da VSC participaram deste estudo, conforme ilustrado no Quadro 1. Os livros estão classificados segundo o alfabeto da língua portuguesa.

Quadro 1. Livros infantis incluídos no estudo

- A. A coragem de Lina (Hallais, 2021) *
- B. Isadora Maria e a lista mágica (Kaimen, 2022)
- C. Carinho não pode ser segredo (Gatti, 2024)
- D. Julieta, a tartaruga que perdeu a carapaça (Agulhas, 2025)
- E. Leila (Freitas; Beltrame, 2019)
- F. Meu corpinho é só meu! (Nogueira, 2019)
- G. Meu corpo, meu corpinho (Mendonça, 2019)
- H. Meu corpinho fala: eu escuto e me protejo (Kaimen, 2023)
- I. Minhas partes íntimas (Jiménez; Reyes, 2023)
- J. Não me toca, seu boboca! (Taubman, 2021)
- K. O corpo é meu, ninguém põe a mão (Natale; Lima, 2021)
- L. O meu corpinho eu protejo com carinho (Batista; Gonçalves, 2023)
- M. O poder de me proteger (Motta, 2022)
- N. O teu corpo é teu e de mais ninguém (Serrano, 2023)
- O. Picos e Avelã à descoberta da floresta do tesouro (Alexandre; Agulhas; Lopes, 2017) *
- P. Pipo e Fifi: Ensinando proteção contra a violência sexual (Arcari, 2014)
- Q. Pode parar: História para prevenção de abuso sexual infantil (Diniz, 2021) *
- R. Precisamos falar sobre isso! Prevenção da violência sexual na infância (Esteves, 2023)
- S. Sou mais forte quando digo não (Cole, 2023)
- T. Turminha corajosa e esperta (Antunes; Taís, 2021)
- U. Vamos conversar? Sobre violência sexual infantil (Andréa, 2019)
- V. Este corpo é MEU! (Chapiron, 2025)
- W. Meu corpo ninguém toca! Eu grito! Eu corro! Eu conto! (Gralha, 2024)
- X. Peraí! Tá estranho esse carinho (Batista; Weber, 2021)

Fonte: Elaborado pelo grupo de pesquisa

Participantes

Dentre as 11 especialistas convidadas, aceitaram participar do estudo oito juízas, com idades entre os 27 e os 62 anos ($\bar{x}=42,125$), residindo em diversas regiões de Portugal Continental, principalmente na região Norte (n=5). Todas as juízas possuíam formação superior em psicologia (n=4), ciências da educação/educação especial (n=2), estudos da criança (n=1) e criminologia (n=1). Além disso, uma era titular do grau de licenciatura, três do grau de mestre (cursando doutorado) e quatro do grau de doutor. Com exceção de uma juíza, todas as demais dedicavam-se a duas ou mais atividades profissionais simultaneamente. Sete das oito juízas desenvolviam investigação científica em ambiente acadêmico ou não acadêmico. Seis eram, ainda, docentes no ensino superior, quatro exerciam atividade clínica e três acumulavam atividade educacional. Metade das juízas (n=4) somava de 16 a 20 anos de experiência profissional. Quanto à autoria de livros infantis, três juízas eram autoras de livros infantis sobre educação sexual e/ou prevenção da VSC, ao passo que duas eram autoras de livros infantis acessíveis.

Instrumento

Para garantir uma avaliação objetiva de cada livro, foi elaborado e autoadministrado um formulário de avaliação constituído por dois instrumentos visando analisar o conteúdo e a acessibilidade dos livros infantis em língua portuguesa sobre a prevenção da VSC. O segundo instrumento apoiou-se em dez critérios para avaliar a acessibilidade dos livros, levando em consideração a utilização de estratégias, técnicas e recursos de CAA que visassem suprimir barreiras de comunicação e de aprendizagem, bem como promover a inclusão de crianças com deficiência no universo literário infantil. Esses critérios, elaborados pelo grupo de pesquisa, basearam-se nas recomendações de Ganner e colaboradores (2023) para a publicação de livros inclusivos. A avaliação dos critérios foi expressa através de uma escala Likert de três níveis: S (sim, apresenta

totalmente o critério), P (apresenta o critério de forma parcial) e N (não apresenta o critério ou o critério é apresentado inadequadamente). Adicionalmente, uma questão aberta foi incluída no formulário de avaliação para que as juízas pudessem compartilhar suas principais reflexões sobre a acessibilidade dos livros infantis analisados. Os critérios utilizados para avaliar a acessibilidade dos livros infantis estão especificados no Quadro 2.

Quadro 2. Critérios para avaliação da acessibilidade de livros infantis

1. Utiliza pictogramas para tornar a leitura acessível a crianças com incapacidade intelectual e perturbações do neurodesenvolvimento?
2. Utiliza imagens táteis, em relevo ou tridimensionais para permitir a percepção tátil a crianças com incapacidades?
3. Usa o sistema de identificação das cores *ColorADD* para tornar a leitura acessível a crianças com daltonismo?
4. A escrita é simples?
5. Utiliza texto aumentado para tornar a leitura acessível a crianças com baixa visão?
6. Inclui LGP ou LIBRAS a partir das ilustrações para tornar a leitura acessível a crianças com incapacidade auditiva?
7. Inclui audiolivro?
8. Inclui videolivro com interpretação em LGP ou LIBRAS para tornar a leitura acessível a crianças com incapacidade auditiva?
9. Inclui o sistema de escrita *Braille* para tornar a leitura acessível a crianças com incapacidade visual?
10. É um livro multiformato?

Fonte: Elaborado pelo grupo de pesquisa

Procedimentos

Os livros infantis foram adquiridos pelo grupo de pesquisa para a realização do estudo. O painel de juízas foi selecionado intencionalmente, considerando os seguintes critérios de inclusão: ser titular do grau de licenciado, mestre ou doutor em Ciências da Educação, Educação Especial, Estudos da Criança, Psicologia, Sexologia, Ciências Forenses ou Criminologia; e ter prática clínica, educacional e/ou científica comprovada em educação sexual, VSC e/ou educação inclusiva. O número de juízas participantes se baseou na sua disponibilidade para colaborar na pesquisa.

As juízas especialistas que aceitaram participar do estudo, após convite e assinatura do termo de consentimento informado, foram solicitados os seus endereços postais para envio dos livros. Cada livro foi identificado com uma letra do alfabeto da língua portuguesa, e cada juíza, com um número arábico. Por meio do aplicativo Netlify, os livros foram distribuídos aleatoriamente entre as juízas e enviados pelo correio editorial. As orientações específicas sobre a pesquisa e o respectivo formulário de avaliação foram compartilhados por e-mail. Em face da amostra total de livros selecionados para análise, cada juíza foi responsável por avaliar três livros, garantindo-se, dessa forma, uma participação equitativa.

Após a conclusão da análise, os dados da pesquisa e os livros foram devolvidos às autoras do artigo. O presente estudo foi realizado entre maio e julho de 2025.

Análise de dados

Para a análise dos dados quantitativos, aplicamos testes específicos baseados na estatística descritiva, utilizando o Excel. Os dados qualitativos foram analisados e interpretados à luz da análise temática (Braun; Clarke, 2006). Na partilha e discussão dos resultados, garantimos o anonimato das juízas substituindo seus nomes reais pela palavra “Juíza”.

Resultados

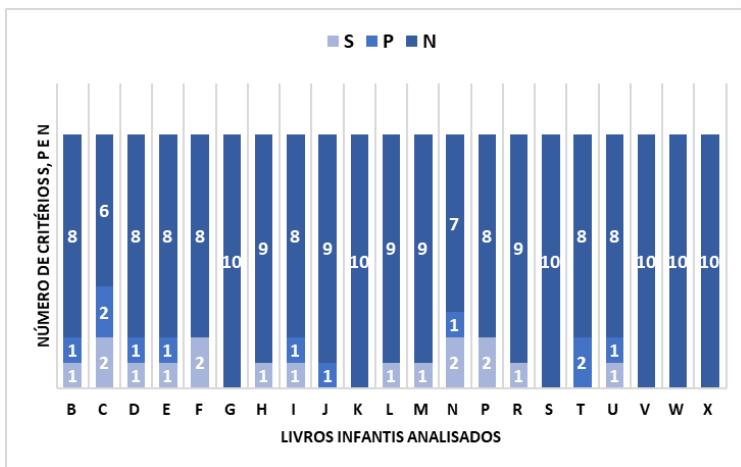
Características dos livros infantis

Foram analisados 21 livros infantis em língua portuguesa que abordam a prevenção da VSC. Mais de 71% (n=15) foram publicados entre 2020 e 2025, sendo 2023 o ano com o maior número de lançamentos (n=5). Seis livros são recomendados para crianças de 3 a 6 anos e três para crianças a partir dos 8 anos. Os livros restantes (n=12) são indicados para crianças desde a idade pré-escolar até a idade escolar, com limite de idade de 11 ou 12 anos. Dentre os 21 livros analisados, 16 foram escritos por autores e autoras brasileiros, um por uma autora portuguesa e três por autoras estrangeiras. Um livro é fruto da coautoria entre uma autora brasileira e outra portuguesa. A autoria dos livros é, majoritariamente, feminina (n=20). 71,4% (n=15) são de autoria individual, enquanto 28,6% (n=6) têm a participação de dois ou mais autores. Mais da metade dos livros (n=14) foi escrita por autoras com formação em psicologia, educação sexual, psicopedagogia e direito. Dois livros infantis brasileiros (J e P) foram premiados com o Prêmio Neide Castanha de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes. Nenhum dos livros analisados é recomendado pelo programa Ler + do Plano Nacional de Leitura 2027 (PNL).

Análise da acessibilidade dos livros infantis em língua portuguesa sobre prevenção da VSC por juízas especialistas

A Figura 1 ilustra o número de critérios alcançados por cada livro em cada avaliação realizada pelas juízas, considerando os três níveis de avaliação. De acordo com os resultados obtidos, os livros infantis que alcançaram um desempenho superior foram os livros C, F, N e P, ao cumprirem integralmente 20% dos critérios estabelecidos. Por outro lado, os livros B, D, E, H, I, L, M, R e U demonstraram um desempenho inferior, uma vez que não cumpriram 90% dos critérios. Os livros G, K, S, V, W e X não atenderam satisfatoriamente a nenhum dos dez critérios. O livro C se destacou em relação aos demais, uma vez que não só cumpriu o maior número de critérios, de forma total ou parcial, como também apresentou o menor número de critérios não atendidos.

Figura 1. Número de critérios S (atendidos), P (parcialmente atendidos) e N (não atendidos) por livro



Fonte: Elaborada pelo grupo de pesquisa

Ao analisar as respostas das juízas presentes na Tabela 1, é possível deduzir que nenhum dos 21 livros analisados utilizou, total ou parcialmente, símbolos pictográficos para a comunicação (SPC), comumente designados por pictogramas, enquanto estratégia de CAA, por forma a tornar a leitura acessível, sobretudo, a crianças com deficiência intelectual e transtornos do neurodesenvolvimento.

À semelhança de outros livros infantis, as ilustrações visuais foram consideradas pelas juízas elementos fundamentais, na medida em que captam a atenção das crianças e as incentivam a se envolverem emocionalmente durante a leitura. Por outro lado, nenhum dos livros avaliados neste estudo usou imagens táteis, em relevo ou tridimensionais, para possibilitar a percepção tátil de crianças com deficiência visual e outras limitações.

Embora seja reconhecido como uma linguagem universal, transversal e inclusiva, que traduz cores em símbolos simples e intuitivos, o código *ColorADD* também não foi adotado por nenhum dos livros analisados. Esse código, criado por Miguel Neiva, auxilia crianças daltônicas na identificação e compreensão das cores.

Como ilustrado na Tabela 1, mais da metade dos livros submetidos à avaliação das juízas ($n=13$) utilizou totalmente a escrita simples como estratégia de CAA (livros B, C, D, E, F, H, I, L, M, N, P, R e U), o que facilita a compreensão das narrativas por crianças com deficiência intelectual e outras limitações. Na perspectiva das juízas, quatro livros também recorreram ao texto aumentado de forma total (livros C, F, N e P), enquanto seis o usaram de maneira parcial (livros B, D, E, I, T e U), favorecendo sua leitura por crianças com baixa visão.

Com exceção do livro N, que atendeu ao critério de forma parcial, nenhum outro demonstrou a intenção de tornar a leitura acessível a crianças com deficiência auditiva por meio da integração da Língua Gestual Portuguesa (LGP) ou da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) a partir das ilustrações.

Ainda que tenha sido avaliado como parcialmente acessível pela Juíza 6, o livro C faz referência a um audiolivro, baseado na música que inspirou o texto, proporcionando, assim, uma experiência mais cativante e envolvente às crianças leitoras. No entanto, não foram identificados outros livros infantis que indiquem a existência de um audiolivro para promover o acesso à literatura entre crianças cegas, com baixa visão ou com transtornos do neurodesenvolvimento, como a dislexia.

No entendimento das juízas, nenhum livro submetido à análise incluiu um videolivro com interpretação em LGP ou LIBRAS para crianças com deficiência auditiva. Elas também negaram a existência de livros escritos em *braille*, sistema que permite a leitura por meio de pontos táteis. Desse modo, a leitura permanece, igualmente, inacessível a crianças com deficiência visual.

Embora o acesso à literatura infantil acessível seja um direito fundamental das crianças com deficiência, exceto pelo Livro C, que atendeu parcialmente ao critério na perspectiva da Juíza 6, concluímos que nenhum dos livros infantis em língua portuguesa sobre prevenção da VSC analisados neste estudo é um livro multiformato, pois não reúne, em sua versão impressa, escrita simples, texto aumentado, pictogramas, *braille* e imagens em relevo, nem em sua versão digital, por

meio de código QR, audiodescrição, audiolivro e videolivro com interpretação em LGP ou LIBRAS. Esse fato impossibilita que as histórias infantis sobre esse tema sejam lidas e narradas por crianças com deficiência, transformando a experiência literária em um autêntico desafio para essas crianças.

Em suma, os resultados quantitativos mostraram que, apesar do potencial dos livros infantis para a prevenção da VSC, eles não utilizam múltiplas estratégias, técnicas e recursos de CAA para garantir o acesso à literatura por parte de crianças com deficiência. Isso torna impossível sua participação em atividades de leitura, individuais ou em grupo, e em intervenções/programas preventivos escolares que utilizem a literatura infantil como estratégia lúdico-pedagógica.

Tabela 1. Respostas das juízas segundo os critérios para avaliação da acessibilidade dos livros infantis

Critérios para avaliação da acessibilidade de livros infantis	Juízas ID																				
	6	6	3	2	4	8	2	4	1	8	1	1	6	3	2	8	3	4	5	5	5
Livros infantis	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	P	R	S	T	U	V	W	X
Utiliza pictogramas para tornar a leitura acessível a crianças com incapacidade intelectual e perturbações do neurodesenvolvimento?	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N
Utiliza imagens táteis, em relevo ou tridimensionais para permitir a percepção tátil a crianças com incapacidades?	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N
Usa o sistema de identificação das cores <i>ColorADD</i> para tornar a leitura acessível a crianças com daltonismo?	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N
A escrita é simples?	S	S	S	S	S	N	S	S	P	N	S	S	S	S	S	N	P	S	N	N	N
Utiliza texto aumentado para tornar a leitura acessível a crianças com baixa visão?	P	S	P	P	S	N	N	P	N	N	N	N	S	S	N	N	P	P	N	N	N
Inclui LGP ou LIBRAS a partir das ilustrações para tornar a leitura acessível a crianças com incapacidade auditiva?	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	P	N	N	N	N	N	N	N	N
Inclui audiolivro?	N	P	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N
Inclui videolivro com interpretação em LGP ou LIBRAS para tornar a leitura acessível a crianças com incapacidade auditiva?	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N
Inclui o sistema de escrita <i>Braille</i> para tornar a leitura acessível a crianças com incapacidade visual?	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N
É um livro multiformato?	N	P	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N

Fonte: Elaborada pelo grupo de pesquisa

A análise qualitativa permitiu identificar dois temas principais nas reflexões das juízas, designadamente: potencialidades e lacunas. Cada tema será apresentado e discutido em detalhe. A estrutura temática está ilustrada na Tabela 2.

Tabela 2. Estrutura temática

Juízas ID	6	6	3	2	4	8	2	4	1	8	1	1	6	3	2	8	3	4	5	5	5
Livros infantis	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	P	R	S	T	U	V	W	X
Potencialidades	Linguagem simples e objetiva			•		•		•		•	•	•		•		•					
	Ilustrações visuais	•				•				•	•	•	•	•		•					
	Música sobre o tema com interpretação para LIBRAS								•												
	Impressão do livro																			•	
	Formatação e desenho do livro infantil	•	•																		
Lacunas	Ausência de videolivro com interpretação em LGP ou LIBRAS	•	•					•		•	•	•	•	•							
	Ausência de audiolivro	•	•					•		•	•	•	•	•	•						
	Ausência de sistema Braille							•		•	•	•	•					•			
	Não utilização de SPC							•													
	Não utilização de imagens táteis									•	•	•						•			
	Inadequação do tipo de letra, tamanho e cor									•	•	•									
	Falta de representatividade da deficiência									•	•	•									
	Inexistência de livros infantis em múltiplos formatos acessíveis	•	•	•		•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•

Fonte: Elaborada pelo grupo de pesquisa.

Como é possível observar na Tabela 2, foram identificadas nos livros infantis cinco características positivas que favorecem o acesso à literatura infantil para crianças: 1) ilustrações visuais; 2) linguagem simples e objetiva; 3) música sobre o tema com interpretação para LIBRAS; 4) impressão do livro; e 5) formatação e desenho do livro infantil.

As ilustrações visuais presentes nos livros infantis analisados emergiram no topo das potencialidades assinaladas pelas juízas. Como afirmou a Juíza 1, a respeito do Livro M,

“As imagens são a melhor característica do livro, pois ilustram bem o que é dito em cada página podendo ajudar as crianças com incapacidade a compreender melhor o que está escrito”.

A mesma reflexão foi realizada para o Livro L. Adicionalmente, o Livro P foi avaliado pela Juíza 3 como um livro bem ilustrado: “Imagens bem ilustradas”. A Juíza 8 realçou o facto de o Livro S apresentar “... uma estrutura gráfica simples, com ilustrações claras”. A mesma Juíza considerou que, no Livro K, “As ilustrações são narrativas e esteticamente ricas, mas não funcionam como ferramentas adaptativas”. Sobre o Livro B, a Juíza 6 destacou que: “O livro utiliza símbolos visuais consistentes, simples e reconhecíveis junto ao texto, tornando-o de fácil leitura para crianças”.

A linguagem adotada nos livros infantis também foi percebida pelas juízas como um de seus pontos fortes, sendo, frequentemente, associada à linguagem simples e objetiva, de modo a se adequar ao público infantil a que se destina. Ao refletir sobre o Livro J, a Juíza 1 considerou que: “O livro apresenta frases simples e objetivas, embora algumas palavras possam ser mais complicadas para algumas crianças com incapacidade”. Acerca do Livro L, a juíza referiu que:

“... apresenta uma linguagem simples e objetiva com frases simples que se adequa a crianças com incapacidade intelectual, embora deixe a dúvida se as autoras utilizaram esta linguagem para adaptarem o livro à faixa etária a que se destina ou se o fizeram para que este se torne inclusivo”.

A propósito do Livro D, a Juíza 3 referiu que: “A escrita é fluida e simples. Bastante inteligível”. Segundo a Juíza 8, a “... linguagem acessível para a população geral de crianças em idade pré-escolar” é, também, uma característica positiva do Livro G. Em relação ao Livro S, a juíza salientou a importância que as rimas têm na aprendizagem da leitura e no envolvimento emocional das crianças ao afirmar que:

“As rimas facilitam a memorização e envolvimento emocional de crianças típicas, mas não são, por si, um recurso suficiente de acessibilidade inclusiva”.

Outra estratégia significativa, realçada somente pela Juíza 1 a respeito do Livro J, é a existência de uma música sobre o tema do livro interpretada em LIBRAS, chamando, por sua vez, a atenção para a importância de se complementar a versão impressa do livro com versões digitais acessíveis em audiolivro e videolivro, com interpretação para LIBRAS, para beneficiar crianças com deficiência auditiva.

“Online, o livro também tem associado a si uma música que aborda a temática da mesma. Essa música está interpretada para LIBRAS. Crianças ouvintes podem aprender acerca do abuso sexual lendo o livro e ouvindo a música, crianças surdas podem aprender sobre o abuso sexual apenas através da música. Seria positivo se a editora do livro pudesse juntar à música o audiolivro e videolivro com interpretação para libras.”

No tocante à impressão do livro, a Juíza 5 salientou a importância do tipo de papel usado nas folhas internas do Livro V para o manuseio por crianças pequenas.

“A única acessibilidade que o livro tem está relacionada com a espessura das folhas que permite que crianças pequenas possam manipular o livro de um modo mais simples”.

A forma como o livro está desenhado e formatado também foi vista como uma potencialidade pela Juíza 6, que, ao refletir sobre o Livro B, sublinhou o papel crucial da cor: “As cores utilizadas também correspondem à mensagem que se pretende transmitir”. Em relação ao Livro C, a juíza afirmou que: “cada página tem poucas palavras, numa dimensão generosa para chamar à atenção”.

Por outro lado, conforme observado na Tabela 2, foram identificadas oito lacunas nos livros infantis em relação à acessibilidade: 1) ausência de videolivro com interpretação em LGP ou LIBRAS; 2) ausência de audiolivro; 3) ausência de sistema Braille; 4) não utilização de SPC; 5) não utilização de imagens táteis; 6) inadequação do tipo de letra, tamanho e cor; 7) inexistência de livros infantis em múltiplos formatos acessíveis, e 8) falta de representatividade da deficiência na literatura infantil.

A ausência de videolivros com interpretação em LGP ou LIBRAS, de audiolivros com narração da história infantil e do sistema *braille* foram as principais lacunas destacadas pelas juízas em suas reflexões. De forma explícita, a Juíza 1 sublinhou que, no Livro J, “não há audiolivro, nem tradução para braille ou Língua Gestual pelo que o livro não está adaptado a pessoas com diversidade sensorial”. As mesmas falhas foram identificadas nos livros L e M. Sobre os Livros B, C e N, a Juíza 6 referiu que: “Não há informação da existência de audiolivro e videolivro pelo que não se pode avaliar a existência de interpretação para língua gestual”. Segundo a Juíza 8, o Livro S também “Não inclui sistemas alternativos de leitura ou formatos multissensoriais” e, no caso do Livro G, “A ausência de versões alternativas (áudio, braille, LGP, texto aumentado, etc.) limita a sua acessibilidade plena”.

Além disso, outra lacuna que despertou a atenção da Juíza 8 foi a ausência, no Livro G, da história adaptada com pictogramas, de modo que a leitura se tornasse acessível a crianças com dificuldades intelectuais e transtornos do neurodesenvolvimento, afirmado explicitamente que:

“Apesar da utilização de imagens, não utiliza pictogramas como definido pelo sistema pictográfico para a comunicação (SPC), não cumprindo a função de sistema visual de apoio estruturado.”

A não utilização de imagens táteis também foi apontada como uma das lacunas mais significativas nos livros infantis analisados. Em relação aos Livros J e M, a Juíza 1 mencionou que “Não existe relevo nem nas palavras nem nas imagens”. O mesmo se aplica ao Livro L: “As imagens não têm relevo...”. Sobre o Livro S, a Juíza 8 destacou o facto de não incluir “... formatos multissensoriais”.

Outra questão que suscitou reflexão foi o tipo de letra, o tamanho e a cor da fonte utilizados nos livros infantis, pois constituem uma barreira significativa no acesso à literatura infantil sobre prevenção da VSC, especialmente para crianças com deficiência visual. A respeito do Livro J, a Juíza 1 considerou que: “O tipo de letra, o seu tamanho e a sua cor não se adequam a pessoas com baixa visão, pois dificultam a leitura do livro”. No caso dos livros L e M, a juíza relatou que: “O tamanho de letra e, em alguns momentos, a cor da letra não se adequam a pessoas com baixa visão”.

De modo geral, as juízas concluíram que os livros infantis em língua portuguesa voltados para a prevenção da VSC não estão disponíveis em múltiplos formatos, tornando-se, portanto, recursos lúdico-pedagógicos inacessíveis a crianças com deficiência. A Juíza 3 salientou que o Livro D “Não é um livro pensado para poder ser adaptado a crianças neurodivergentes ou com algum tipo de dificuldade adicional (visão, audição, etc.)”, assim como o Livro P “Não foi pensado para responder a diversas necessidades”. No caso do Livro T, a Juíza considerou que, “Apesar de tocar em alguns aspectos da diversidade cultural e linguística, não foi pensado para chegar a crianças com outro tipo de especificidades”. Em relação aos livros F, I e U, a Juíza 4 argumentou que: “O livro não usa a maioria das estratégias para aumento da acessibilidade referidas na tabela anterior, pelo que me parece um livro generalista”. A Juíza 6, por sua vez, ao refletir sobre os livros B, C e N, concluiu que nenhum deles utiliza estratégias, técnicas e recursos de CAA, não sendo, por isso, livros adaptados para crianças com deficiência: “não é um livro preparado para crianças com necessidades educativas especiais ou para crianças com alguma limitação visual”. Segundo a Juíza 8, o Livro G “... não incorpora adaptações específicas para crianças com deficiência visual, auditiva, intelectual ou com perturbações do neurodesenvolvimento”. O Livro K “... permanece sem recursos formais de acessibilidade para crianças com necessidades especiais” e o Livro S também “...não apresenta qualquer adaptação formal de acessibilidade”. De igual modo, como mencionado pela Juíza 1 em sua reflexão, o Livro M “... não está acessível a crianças e pais com incapacidade”. Com base na análise da Juíza 5, os livros W e X também se mostram inacessíveis a crianças com deficiência, pois não dispõem de recursos de acessibilidade: “Não tem acessibilidade”.

Embora esteja presente em todos eles, outra lacuna identificada pela Juíza 1 nos livros J, M e L, e que nos parece importante salientar, é a falta de representatividade da deficiência na literatura infantil destinada à prevenção da VSC. A respeito do Livro L, a Juíza 1 compartilhou a seguinte reflexão:

“... Não existem adultos de confiança, agressores ou vítimas com incapacidades visíveis no livro. Perante este livro, uma criança com incapacidade ou filha de pais com incapacidade pode assumir que ela não será vítima, pois tem uma incapacidade ou que adultos com incapacidade não serão capazes de a ajudar ou de a agredir, o que não é necessariamente verdade. O livro apresenta personagens com os quais os leitores possam se identificar desde que os leitores não tenham uma incapacidade visível.”

Por fim, é importante salientar que alguns livros não foram avaliados globalmente pelas juízas e que outros, mesmo tendo sido avaliados de forma qualitativa, não abordaram todos os aspectos relacionados à acessibilidade literária. Contudo, isso não significa que eles não apresentem algumas das potencialidades e/ou lacunas aqui mencionadas.

Discussão

Tal como Soma e Williams (2014), partilhamos da convicção de que a literatura infantil é uma estratégia poderosa para fomentar a conscientização e a aquisição de habilidades de autoproteção em crianças.

Nesse sentido, o presente estudo avaliou a utilização de estratégias, técnicas e recursos de CAA em livros infantis em língua portuguesa orientados para a prevenção da VSC, com o objetivo de determinar se são acessíveis a crianças com deficiência. Contrariamente às nossas expectativas iniciais, os resultados evidenciaram que os livros infantis em língua portuguesa sobre o tema da VSC não estão adaptados a crianças com deficiência.

Embora alguns dos livros analisados utilizem escrita simples e texto aumentado, conforme as recomendações de Garner e colaboradores (2023), eles não recorrem a estratégias, técnicas e recursos adicionais de CAA, como o SPC, o audiolivro e o videolivro, para tornar o desenho mais inclusivo e universal. Essa evidência nos leva a crer que essas duas estratégias foram utilizadas de forma isolada para adequar os livros à idade e ao nível de maturidade do público infantil, e não com a intenção de garantir a acessibilidade à literatura infantil.

Esse estudo, por sua vez, reconheceu a importância das ilustrações visuais como elemento central dos livros infantis. As ilustrações podem, na verdade, ajudar crianças com deficiência intelectual na compreensão das narrativas, incentivando a interpretação, o envolvimento emocional e a participação ativa durante a leitura (Ganner et al., 2023). Como McDaniel (2001) defende, a ilustração em livros infantis que abordam a prevenção da VSC, além de ajudar a transmitir mensagens educacionais valiosas, desperta as emoções das crianças.

Partindo do princípio de que um livro infantil multiformato é aquele que reúne, em um único exemplar, vários formatos acessíveis, como audiolivro, videolivro em LGP ou LIBRAS, pictogramas, impressão em braille, ilustrações em relevo, descrições de ilustrações, escrita simples e recriações tátteis, de modo a permitir que todas as crianças tenham a oportunidade de aceder à mesma narrativa infantil (Francisco, 2016), não foi encontrado nenhum livro infantil multiformato sobre o tema da VSC na amostra literária analisada, o que reforça, ainda mais, a nossa compreensão.

Além disso, o estudo em questão alertou para a falta de representatividade da deficiência nos livros infantis em língua portuguesa sobre a prevenção da VSC. Isso significa que esse tipo de literatura não inclui em suas narrativas personagens com os quais as crianças com deficiência possam se identificar física, psicológica, emocional ou socialmente, não lhes permitindo se ver refletidas nas histórias infantis.

De acordo com Rocha, Neto e Almeida (2025), a representação de personagens inclusivos nas narrativas infantis proporciona às crianças com deficiência uma sensação de pertencimento e de visibilidade social, o que é crucial para a formação da identidade e o desenvolvimento de uma autoestima positiva desde a infância. Esses personagens também podem servir de exemplo de coragem e empoderamento, inspirando crianças com deficiência a superar desafios e a alcançar seus objetivos, mostrando que elas merecem uma vida plena e igualdade de oportunidades.

Por essa razão, acreditamos que a ausência de personagens com deficiência, sobretudo em histórias infantis que retratam a VSC, pode ter um impacto altamente prejudicial na forma como as crianças se veem, como se relacionam com o mundo e como percebem a VSC no contexto da deficiência. Essa falta de representação pode transmitir às crianças, com e sem deficiência, a falsa ideia de que pessoas com deficiência não têm capacidade de protegê-las, nem tendência a serem agressoras ou vítimas de VSC, tornando-as, de certo modo, mais vulneráveis a essa forma de violência.

Como Rocha, Neto e Almeida (2025) argumentam, a representatividade na literatura infantil vai além da justiça social e da inclusão de crianças com deficiência, constituindo um caminho essencial para a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e empática. Personagens inclusivos têm o poder de desafiar estereótipos e preconceitos, além de desempenharem um papel decisivo na formação de valores e de atitudes inclusivas nas crianças.

Diante disso, este estudo tornou evidente que, apesar do papel fundamental da literatura infantil na conscientização e capacitação de crianças para a prevenção da VSC, aquelas com deficiência estão em situação de desigualdade de direitos e maior desproteção frente à VS em

relação às que não têm deficiência, devido à falta de acessibilidade da literatura infantil. Tal situação compromete seriamente sua educação, proteção e inclusão escolar e social.

Nesse sentido, a produção de livros infantis em múltiplos formatos acessíveis é um passo fundamental para garantir que crianças com deficiência possam participar, ativa e equitativamente, de atividades de leitura e de programas/intervenções escolares de prevenção da VSC. Segundo Kellermann e colaboradores (2019), o material didático e a literatura infantil devem ser disponibilizados em múltiplos formatos para garantir o acesso de todas as crianças ao mesmo currículo.

Diante da impossibilidade de recomendar livros infantis em língua portuguesa que sejam acessíveis a crianças com deficiência e passíveis de adoção por profissionais da área, escolas de educação especial, centros infantis e bibliotecas escolares, apresentamos, como resultado deste estudo, um conjunto de diretrizes para apoiar e orientar editoras e autores no desenho e produção de livros infantis multiformato sobre prevenção da VSC, com base na proposta de Francisco (2016).

Nesse sentido, os livros infantis concebidos sobre o tema da VSC devem incluir texto aumentado, braille, audiolivros e audiodescrições das ilustrações para atender às necessidades de crianças cegas ou com baixa visão. A inclusão do sistema de identificação de cores ColorADD é especialmente benéfica para as crianças daltônicas. No caso de crianças com deficiência intelectual ou transtornos do neurodesenvolvimento, como o Transtorno do Espectro Autista (TEA) ou o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), o uso de pictogramas (SPC) e imagens táteis, em relevo ou tridimensionais auxilia na compreensão e na percepção tátil das narrativas infantis. Para as crianças surdas ou com perda auditiva, sugerimos que os livros infantis em língua portuguesa destinados à prevenção da VSC incluam videolivros com interpretação em LGP ou LIBRAS.

Assim, partindo da premissa de um desenho inclusivo e universal, a produção de livros infantis multiformato sobre a prevenção da VSC ajuda a garantir que todas as crianças, independentemente de suas habilidades ou limitações, tenham acesso à educação sexual e protetiva por meio da literatura infantil.

Limitações do estudo

A ausência de uma ação de formação prévia pode ter causado dificuldades na interpretação de alguns critérios. Além disso, o facto de os critérios de avaliação não terem sido detalhados em profundidade pode ter influenciado a forma como as juízas interpretaram, refletiram e avaliaram os livros infantis. No entanto, acreditamos que a capacidade das especialistas de emitir um julgamento crítico e objetivo supera essas limitações. A amostra, embora representativa da literatura infantil portuguesa e brasileira, não permite generalizar os resultados para outros contextos socioeconômicos e culturais.

Implicações do estudo

O presente estudo chama a atenção para uma realidade invisível e negligenciada nos dias de hoje: a inexistência de livros infantis multiformato em língua portuguesa que abordem a prevenção da VSC.

Diante dessa constatação, compreendemos que estão em causa não só o direito à literatura infantil acessível, mas também os direitos à educação sexual, à proteção e à inclusão, visando garantir às crianças com deficiência uma vida com igualdade e livre de violência.

Sob o olhar científico, esperamos que esse trabalho incentive o desenvolvimento de estudos complementares para avaliar a acessibilidade de livros infantis sobre o tema da VSC em outras línguas. Ele também poderá impulsionar futuras pesquisas sobre a acessibilidade de livros infantis relativos a temas igualmente emergentes e sensíveis quanto à VSC, como o *bullying*, os maus-tratos infantis e a violência doméstica.

Além disso, acreditamos que esse estudo possa sensibilizar e incentivar editoras especializadas em literatura infantil a desenvolverem e produzirem livros infantis multiformato sobre o tema da

VSC, considerando-os como potenciais recursos para todas as crianças.

O estudo também agrega valor significativo aos autores e às autoras dos livros infantis analisados, ao lhes fornecer orientações para melhorar a acessibilidade das próximas edições e criar futuros livros infantis com base no conhecimento compartilhado.

Por fim, esperamos que esse estudo propicie a criação de parcerias estratégicas com editoras e órgãos governamentais, especialmente o Ministério da Educação (MEC, Brasil) e a Direção-Geral da Educação (DGE, Portugal), possibilitando o acesso a fontes de financiamento para a produção de tiragens acessíveis e o cumprimento das políticas públicas de democratização do conhecimento, educação sexual e inclusão.

Considerações finais

O presente estudo, pioneiro ao avaliar a acessibilidade de 21 livros infantis em língua portuguesa voltados para a prevenção da VSC, permitiu concluir que não há nenhum livro infantil multiformato sobre o tema entre a amostra analisada.

Dada a maior vulnerabilidade de crianças com deficiência à VSC, o estudo destaca a necessidade urgente de se investir no desenvolvimento e na produção de literatura infantil acessível sobre o tema, para capacitar e proteger essas crianças.

Os livros infantis multiformato não se destinam, exclusivamente, a crianças com deficiência; pelo contrário, beneficiam todas as crianças, independentemente de suas habilidades ou limitações. Dessa forma, ao adotarmos um projeto inclusivo para livros infantis com abordagem preventiva à VSC, garantimos que nenhuma criança, com ou sem deficiência, ficará desprotegida contra a VSC.

Nesse contexto, é essencial compreender que a inexistência de livros infantis multiformato não impede apenas o acesso à literatura infantil por parte de crianças com deficiência. Ela também compromete direitos humanos fundamentais, como os direitos à educação, à não discriminação/violência, à igualdade de gênero e à inclusão escolar e social.

Agradecimentos

Este trabalho foi financiado por fundos nacionais, através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I. P. (FCT) (bolsa de doutoramento com a ref.º 2023.04324.BD), e por fundos europeus, através do Programa Pessoas 2030, do Portugal 2030 e da União Europeia. Foi também apoiado por fundos nacionais, através da FCT, I.P., no âmbito do financiamento plurianual atribuído ao CIIE - Centro de Investigação e Intervenção Educativas (ref.º UIDB/00167/2020, UIDP/00167/2020 e UID/00167/2025).

Referências

ALEXANDRE, Joana; AGULHAS, Rute; LOPES, Catarina. **Picos e Avelã à descoberta da floresta do tesouro**. Lisboa: Ideias com História, 2017.

ALEXANDRE, Joana; AGULHAS, Rute; NUNES, Margarida. Prevenção primária ou universal do abuso sexual. In: ANCIÃES, Alexandra; AGULHAS, Rute (coord.). **Grande livro sobre a violência sexual - compreensão, prevenção, avaliação e intervenção**. Lisboa: Edições Sílabo, 2022. p. 187-199.

ANDREASSEN, Kim; QUAIN, Jordina; CASTELL, Emily. Stop leaving people with disability behind: Reviewing comprehensive sexuality education for people with disability. **Health Education Journal**, v. 83, n. 8, p. 830-840, 2024.

BARNES, Colin; MERCER, Geof. Theorising and researching disability from a social model perspective. In: BARNES, Colin; MERCER, Geof (eds.). **Implementing the social model of disability: Theory and research**. Leeds: The Disability Press, 2004. p. 1-17.

BARRON, Ian; ALLARDYCE, Stuart; YOUNG, Hannah; LEVIT, Rebecca. Exploration of the relationship between severe and complex disabilities and child sexual abuse: A call for relevant research. **Journal of Child Sexual Abuse**, v. 28, n. 7, p. 759-780, 2019.

BORTOLOZZI, Ana Cláudia; de CARVALHO, Leilane Raquel Spadotto; VILAÇA, Teresa. Educação sexual inclusiva na perspectiva de professores(as): Análise do contexto português e brasileiro. **Humanidades & Inovação**, v. 7, n. 27, p. 32-46, 2020.

BORTOLOZZI, Ana Cláudia; TANAKA, Brenda Sayuri. A literatura infantil para prevenção da violência sexual: Análise de materiais. **International Journal of Developmental and Educational Psychology**. **INFAD Revista de Psicología**, v. 1, n. 2, p. 27-38, 2024.

BRAUN, Virginia; CLARKE, Victoria. Using thematic analysis in psychology. **Qualitative Research in Psychology**, v. 3, n. 2, p. 77-101, 2006.

BUETTGEN, Alexis; FONTES, Fernando; ERIKSSON, Susan. Disabled people and the intersectional nature of social inclusion. **Social Inclusion**, v. 11, n. 4, p. 287-290, 2023.

CHRISTOFFERSEN, Mogens Nygaard. Sexual crime against schoolchildren with disabilities: A nationwide prospective birth cohort study. **Journal of Interpersonal Violence**, v. 37, n. 3-4, NP2177-NP2205, 2022.

COUNCIL OF EUROPE. **Convention on the protection of children against sexual exploitation and sexual abuse**. Lanzarote: Council of Europe, 2007. Disponível em: <https://rm.coe.int/1680084822>. Acesso em: 15 jul. 2025.

CRAIG, Eleanor. Teaching safeguarding through books: A content analysis of child sexual abuse prevention books. **Journal of Child Sexual Abuse**, v. 31, n. 3, p. 257-275, 2022.

DINIZ, Isabel. **Pode parar: História de prevenção de abuso sexual infantil**. São Paulo: Coleção Conto com Você, 2021.

FANG, Zuyi; CERNA-TUROFF, Ilan; ZHANG, Cheng; LU, Mengyao; LACHMAN, Jamie M.; BARLOW, Jane. Global estimates of violence against children with disabilities: An updated systematic review and meta-analysis. **Lancet Child & Adolescent Health**, v. 6, n. 5, p. 313–323, 2022.

FRANCISCO, Mafalda Amaral Ribeiro Marques. **A importância do livro adaptado em símbolos pictográficos da comunicação no desenvolvimento de competências em crianças com perturbações na comunicação**. Relatório de Projeto, Leiria, Instituto Politécnico de Leiria, 2016.

GANNER, Julie et al. **Books without barriers**: a practical guide to inclusive publishing. Institute of Professional Editors and Australian Publishers Association, 2023.

HALLAIS, Tássia. **A coragem de Lina**. Rio de Janeiro: Ases da Literatura, 2021.

JONES, Lisa; BELLIS, Mark A; WOOD, Sara; HUGHES, Karen; MCCOY, Ellie; ECKLEY, Lindsay; BATES, Geoff; MIKTON, Christopher; SHAKESPEARE, Tom; OFFICER, Alana. Prevalence and risk of violence against children with disabilities: A systematic review and meta-analysis of observational studies. **Lancet**, v. 380, n. 9845, p. 899–907, 2012.

KELLERMANN, Claudia Elisete; VICENTE, Luis; HEIDRICH, Regina; SOUSA, Célia. Pictogramas na literatura inclusiva [Sessão em conferência]. In: V Conferência Internacional para a Inclusão, 2019, Leiria. **Proceedings...** Leiria: Instituto Politécnico de Leiria, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.8/5382>. Acesso em: 28 jul. 2025.

LAMPERT, Jo. Sh-h-h-h: Representations of perpetrators of sexual child abuse in picturebooks. **Sex Education: Sexuality, Society and Learning**, v. 12, n. 2, p. 177-185, 2011.

LAMPERT, Jo; WALSH, Kerryman. 'Keep telling until someone listens': Understanding prevention concepts in children's picture books dealing with child sexual abuse. **Children's Literature in Education**, v. 41, n. 2, p. 146-167, 2010.

MCDANIEL, Cynthia. Children's literature as prevention of child sexual abuse. **Children's Literature in Education**, v. 32, n. 3, p. 203-224, 2001.

MICHIELSEN, Kristien; BROCKSCHMIDT, Laura. Barriers to sexuality education for children and young people with disabilities in the WHO European region: a scoping review. **Sex Education**, v. 21, n. 6, p. 674-692, 2021.

ROCHA, Jhessica Sousa; NETO, Joaquim Generoso de Freitas; ALMEIDA, Fabíola Aparecida Sartin Dutra Parreira. Reflexões sobre a diversidade e a representatividade na literatura infantil: uma análise das obras de Maurício de Sousa. In: ATENA EDITORA. **Construindo uma sociedade inclusiva: Desafios e soluções para a igualdade. Ponta Grossa**: Atena Editora, 2025. p. 97-120.

SOMA, Sheila Maria Prado; WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque. Livros infantis para prevenção do abuso sexual infantil: Uma revisão de estudos. **Temas em Psicologia**, v. 22, n. 2, p. 353-361, 2014.

SOMA, Sheila Maria Prado; WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque. Avaliação de livros infantis brasileiros sobre prevenção de abuso sexual baseada em critérios da literatura. **Temas em Psicologia**, v. 25, n. 3, p. 1201-1212, 2017.

UNICEF. **Seen, counted, included**: Using data to shed light on the well-being of children with disabilities. New York: United Nations Children's Fund (UNICEF), Division of Data, Analytics, Planning and Monitoring, 2021. Disponível em: <https://data.unicef.org/resources/children-with-disabilities-report-2021/>. Acesso em: 15 jul. 2025.

UNITED NATIONS (UN). **Convention on the rights of persons with disabilities**. New York: United Nations, 2006. <https://www.un.org/disabilities/documents/convention/convoptprot-e.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2025.

UNITED NATIONS (UN). **Convention on the rights of the child**. New York: United Nations, 1989. Disponível em: <https://www.ohchr.org/en/instruments-mechanisms/instruments/convention-rights-child>. Acesso em: 15 jul. 2025.

Livros infantis analisados

AGULHAS, Rute. **Julieta, a tartaruga que perdeu a carapaça**. 1.^a ed. Lisboa: Manuscrito Editora, 2025.

ANDRÉA, Christiane. **Vamos conversar? sobre violência sexual infantil**. 1.^a ed. São Paulo: C. C. Andréa, 2019.

ANTUNES, Marlene; TAÍS, Marcela. **Turminha corajosa e esperta**. 1.^a ed. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2021.

ARCARI, Carolina. **Pipo e Fifi: Ensinando proteção contra violência sexual**. 10.^a ed. Curitiba: Editora Caqui, 2022.

BATISTA, Aline Pozzolo; GONÇALVES, Mariana. **O meu corpinho eu protejo com carinho.** 1.ª ed. Lisboa: Flamingo Edições, 2023.

BATISTA, Aline Pozzolo; WEBER, Cristina Maria. **Peraí! Tá estranho esse carinho.** 1.ª ed. Curitiba: Editora Inverso, 2021.

CHAPIRON, Mai Lan. **Este corpo é MEU!** São Paulo: Catapulta Júnior, 2024.
COLE, Elizabeth. **Sou mais forte quando digo não.** 1.ª ed. Barcarena: Jacarandá, 2023.

ESTEVES, Vivian Cordeiro. **Precisamos falar sobre isso! Prevenção da violência sexual na infância.** 2.ª ed. São Paulo: Vivian Cordeiro Esteves, 2023.

FREITAS, Tino; BELTRAME, Thais. **Leila.** 1.ª ed. Belo Horizonte: Abacate, 2019.

GATI, Elisa. **Carinho não pode ser segredo.** Rio de Janeiro: Tudo! Editora, 2024.

GRALHA, Kennya. **Meu corpo ninguém toca:** Eu grito! Eu corro! Eu conto! 1.ª ed. São Paulo: Much Editora, 2024.

JIMÉNEZ, Claudia; REYES, Catalina. **Minhas partes íntimas:** Uma história para explicar sexualidade às crianças. 1.ª ed. São Paulo: Telos Editora, 2023.

KAIMEN, Mónica Schoene. **Isadora Maria e a lista mágica.** 1.ª ed. Joinville - Santa Catarina: Areia, 2022.

KAIMEN, Mónica Schoene. **Meu corpinho fala:** eu escuto e me protejo. 1.ª ed. Joinville - Santa Catarina: Areia, 2023.

MENDONÇA, Roseli. **Meu corpo, meu corpinho.** Curitiba: Editora Matrescência, 2019.

MOTTA, Mariana. **O poder de me proteger.** São Paulo: Edição da Autora, 2022.

NATALE, Denise; LIMA, Tatiane. **O corpo é meu, ninguém põe a mão.** 1.ª ed. São Paulo: Editora Papagaio, 2021.

NOGUEIRA, Lara. **Meu corpinho é só meu.** 8.ª ed. Curitiba: Editora InVerso, 2024.

SERRANO, Lúcia. **O teu corpo é teu e de mais ninguém.** 8.ª ed. Barcarena: Jacarandá, 2023.

TAUBMAN, Andrea Viviana. **Não me toca, seu boboca!** 3.ª ed. Belo Horizonte: Aletria, 2021.

Recebido em: 06 de Agosto de 2025
Aceito em: 29 de Setembro de 2025